

ENSINO DE MATEMÁTICA: NARRATIVAS DE DEFICIENTES VISUAIS

Elitis Suzana da Silva Costa¹, Mírian Rosa Pereira²

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão sobre o processo de inclusão escolar e o ensino de matemática. Partindo da premissa que a inclusão educacional é um movimento da atualidade que apresenta paradigmas diferenciados em relação à escolaridade dos sujeitos com deficiência, e o seu processo é evolutivo, e a matemática é uma área do conhecimento lógico relacionado aos processos de aprendizagem humana de maneira sistemática. Percebemos a partir do arcabouço teórico que a inclusão escolar e a matemática têm em suas essências o comprometimento com o desenvolvimento global do sujeito. De tal modo, o objetivo do estudo é aprofundar o conhecimento sobre a história de vida de deficientes visais, ponderando as experiências em relação no processo de inclusão escolar e o ensino de matemática. O procedimento metodológico é qualitativo, como alternativa optamos pela história oral que permite diferentes proposições de aproximação com o objeto. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas temáticas junto a dois participantes. A inclusão escolar e a área da matemática estão entrelaçadas com ações que mobilizam para o sucesso escolar e que permiti os alunos deficiência visuais compartilharem experiências escolares, independente de especificidades e que sejam capazes de construir seu conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Escolar; Aprendizagem; Matemática.

Comunicação

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Email: elitissussu@hotmail.com.

² Graduada em Pedagogia, especialista em Educação, Direitos Humanos e Diversidade. Professora da Faculdade de Matemática, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: mirian-pereira@hotmail.com

Introdução

Na atualidade a escola se encontra em um contexto de constantes desafios e paradigma para atender a demanda do mundo moderno e seu público diversificado. E para enfrentar essa realidade de maneira que obtenha sucesso são necessários esforços de toda a sociedade, a partir de mudanças que contemple os sujeitos envolvidos no espaço escolar, principalmente no que diz respeito às pessoas com deficiência³.

A escolha por este tema ocorreu por ser um assunto relevante na educação como um todo, e, sobretudo, na área da matemática. Partindo do pressuposto que o campo teórico e prático da inclusão educacional apresenta um olhar diferenciado e especializado referente ao ato de aprender.

O intuito é discutir a realidade educacional do ensino de matemática vivenciada ao longo da trajetória escolar por deficientes visuais, baixa visão. Optamos pela metodologia qualitativa, a história oral que permite diferentes proposições de aproximação com o objeto de estudo para compreender a historia de vida vivencia ao longo dos anos no processo de escolarização básica e superior. "O importante é não esquecer que a contribuição da historia oral é sempre maior naquelas áreas pouco estudadas da vida social em que predominam zonas de obscuridade, seja no estudo das elites, seja das grandes massas" (ALBERTIN, 2005, p. 15).

O procedimento utilizado foram fontes orais denominadas de entrevistas temáticas⁴. Os depoimentos foram de duas pessoas deficientes visuais⁵, acadêmicos do curso de ensino superior em Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Matemática, ambos pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Houve transcrição na íntegra das falas, fiel ao que foram gravadas em áudio.

³ A terminologia pessoa com deficiência é a mais utilizada atualmente. Os movimentos mundiais em prol dos direitos das pessoas com deficiência dos quais o Brasil faz parte, debateram e escolheram essa terminologia em todos os idiomas (SASSAKI, 2002). E a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) incorporou no seu tratado internacional de direitos humanos essa terminologia.

⁴ São aquelas que versam prioritariamente a participação do entrevistado no tema escolhido [...] Em

São aquelas que versam prioritariamente a participação do entrevistado no tema escolhido [...] Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas (ALBERTIN, 2005, p. 37-38).

⁵ Os participantes gravaram a entrevista no dia 09 e 12 de outubro de 2015.

1. Considerações sobre as Políticas Educacionais Inclusivas

O movimento de inclusão escolar está fundamentado na história da educação especial. De acordo com Anjos et al (2009) a inclusão é um processo evolutivo, que tem marcos diferenciado.

As práticas de segregação, que afasta as pessoas com deficiência da sociedade, tendo a deficiência como própria do sujeito, voltada para o modelo médico. As práticas integracionistas, que abrem espaços na escola regular, porém, em salas especiais (esse período é de transição do modelo médico para modelo o social da deficiência). E, por meio a críticas destas concepções, surgem espaços para novas experiências que deságuam na inclusão escolar, "em vez de serem enviados esforços para fornecer à pessoa condições de adaptar-se à escola, procurar-se-ia construir uma escola para atender às pessoas concretas que fazem parte dela" (ANJOS et al, 2009, p. 117).

A inclusão escolar, como movimento social, iniciou na segunda metade da década de 80, nos países desenvolvidos amparados em diversos tratados e declarações.

No Brasil a nova Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, em seu artigo 205, estabelece que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". E a Lei Federal 7853 de 24 de outubro de 1989, prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial nos estabelecimentos públicos de ensino. O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado no ano seguinte, reitera a necessidade de atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Na década de 90 com o propósito de discutir e reforçar o direito à educação, estabelecido há mais de quarenta anos na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁶, elaborou-se a Declaração Mundial sobre Educação para Todos⁷, com um plano de ações para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, todas as

Comunicação

⁶ É um dos documentos básicos das Nações Unidas, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Nela, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem.

⁷ Aprovada na Conferencial Mundial Sobre Educação Para Todos, com a presença de 155 países; realizada em Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990.

declarações expressam os avanços na concepção da educação, democratizado o acesso à escolarização obrigatória, à promoção da igualdade.

O grande impulso para a inclusão foi através da difusão das ideias expressas na Declaração de Salamanca8, que apresenta ações sobre as quais os governos precisam pensar, discutir e tomar medidas para efetivar uma educação inclusiva, que promova a dignidade humana e usufruir dos direitos humanos.

Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 93949, a educação especial é definida no capítulo V: Da educação especial; artigo 58, como: "a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais". É este artigo que determina a educação especial em termos da lei e regulamenta a prática da educação inclusiva.

A Declaração de Guatemala¹⁰ garante que as pessoas com deficiência que tenham "os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano", foi adotada no Brasil como lei, sob o decreto nº 3.956 de 08 de outubro de 2001.

Com o propósito de consolidar a política de educação especial, o Mistério da Educação e Cultura (MEC) junto com a Secretária de Educação Especial (SEESP) implantou em 2004 o Programa "Educação Inclusiva: direito à diversidade", tendo como objetivo compartilhar novos conceitos, informações e metodologias. A expectativa, quanto às ações conjuntas das esferas federal, estadual e municipal é que haja melhorias na educação especial, pois a articulação entre as três esferas políticas só favorecem o cenário da educação brasileira.

Assim, os anos 90 são marcados, pelo o advento da educação inclusiva, pela busca do respeito às características do indivíduo frente ao processo pedagógico.

A inclusão como prática educativa é recente em nossa sociedade, as práticas da exclusão, da segregação institucional e da integração são discutidas em torno de

Occumento em que os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia em Salamanca, Espanha, 07 e 10 de junho de 1994, reafirmam o compromisso com a Educação para todos.

É a lei vigente atualmente no Brasil, foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, baseada no

príncipio do direito universal à educação.

10 Texto da Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada em 06 de junho de 1.999, na Guatemala.

um novo modelo de atendimento escolar, que surge em reação contrária aos processos anteriores.

O objetivo da educação inclusiva é uma sociedade para todos, sua prática "repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação" (SASSAKI, 1997, p. 42).

As pessoas com deficiência, segundo a Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura (2008), precisam receber educação diferenciada, recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas, em virtude de sua condição de deficiência: auditiva, visual, mental, múltipla, física, altas habilidades ou condutas típicas.

Em esfera estadual, a Resolução n°. 400 de 20 de outubro de 2005 vem disciplinar o atendimento e a inserção do aluno com deficiência na sala regular.

O panorama histórico da educação especial revela que as pessoas com deficiência sempre viveram à margem, excluída pela sociedade. Hoje, o grande marco da expansão da educação especial, tem sido a luta das pessoas com deficiência pelos seus direitos, temos leis que buscam regulamentar os direitos das pessoas com deficiência.

No entanto, não é suficiente somente termos as leis, é necessário viabilizar estruturas adequadas e modificar as atitudes que estão enraizadas desde o primórdio da educação especial para superar modelos estereotipados, e adequar necessidades das pessoas.

É preciso que façamos parte do processo inclusivo, que é longo e desafiador, mas, todo ser humano tem direito de usufruir das mesmas condições de vida e que posam ser garantidas, de maneira que tenha suas necessidades atendidas pela sociedade. De tal modo, a escola tem a responsabilidade de assegurar a educação de qualidade a todos, sem diferenciação.

2. Normalidade, Diferença e Preconceito

A sociedade limita e delimita as aptidões dos sujeitos, e a deficiência é marcada como diferença social que denota em estigma, qualificando o sujeito como marginalizado e discriminado. Quanto mais perceptível à deficiência o sujeito tem maiores marcas, ficando difícil reverter à imagem formada pelo padrão social.

As relações sociais, escolares estão fundamentadas na diversidade humana, e com o movimento de inclusão na busca da educação inclusiva fica mais presente a apreciação dessa diversidade. Porém, essa relação é muito incoerente, muitas vezes a sociedades incluindo a escola está inacessível à participação de todos os sujeitos, devido à busca do padrão social homogeneizante.

É real a singularidade de cada ser humano, cada um tem seu modo de agir no mundo, somos uno, com características individuais, porém o que marca a sociedade é o desvio da padronização, que gera desequilíbrios a imagem social. Ser igual significa normalidade, enquanto a "diferença" está voltada para a anormalidade.

O corpo marcado pela deficiência, por ser disforme ou fora de padrões, lembra a imperfeição humana. Como nossa sociedade cultua o corpo útil aparentemente saudável, aqueles que portam uma deficiência lembram fragilidade que se quer negar. Não aceitamos porque não queremos que eles sejam como nós, pois assim igualaríamos. É como se eles nos remetessem a uma situação de inferioridade. Tê-los em nosso convívio funcionaria como um espelho que nos lembra que também poderíamos ser como eles (SILVA, 2006, p. 427).

Ser igual é *status* de normal, dentro da conformidade social, que garante acesso aos espaços sociais, reconhece o sujeito como participante do grupo social. A sociedade ainda está despreparada para relacionar-se com as pessoas em situação de deficiência, evidenciando rejeição para os que não se enquadram dentro da normalidade, emergem então o preconceito atribuindo ao sujeito rótulos de negação de identidade. "Ao contrário do que se imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida" (DINIZ, 2007, p. 8).

Dentro do padrão social existem critérios de classificação como: normais e anormais. Quanto mais se aproxima ao ideal do padrão mais humana é, a pessoa tem mais direitos garantidos, em contrapartida, quanto mais distantes do ideal do padrão inexistente é a pessoa, e consequentemente menos direitos serão garantidos. Essas definições são feitas pela classe dominante, que busca enquadrar o perfil focado num ideal humano.

É notório que dentro do ideal da sociedade, o normal, os espaços sociais estão adaptados, porém para a pessoa em situação de deficiência há barreiras, fundamentadas em crenças equivocadas.

Tudo o que foge à ordenação da cultura, tudo o que representa o insólito, o estranho, o anormal, tudo que é intersticial e ambíguo, tudo o que é anômalo, tudo o que é desestruturado, pré-estruturado e antiestruturado, tudo o que está a meio caminho entre o que é próximo e previsível e o que

está longínquo e fora de nossas preocupações, tudo o que está simultaneamente em nossa proximidade imediata e fora de nosso controle é germe de inquietação e terror: converte-se imediatamente em fonte de perigo. E o perigo é claro: negando a ordenação do mundo estabelecida pelo grupo, nega-se a experiência do próprio grupo (AMARAL; COELHO, 2009, p. 3).

As crenças são passadas de geração para geração, que traz ideias camufladas das imagens que são incorporadas ao sujeito, sendo considerado alheio à sociedade, como se não fizesse parte.

5. Narrativas de deficientes visuais: conhecimento lógico

Na busca por relatos que narrem vivências de alunos deficientes visuais, com baixa visão na disciplina de matemática, entrevistamos dois discentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, sendo uma do curso de Licenciatura em Pedagogia e outro de Licenciatura Plena em Matemática, ambos concluíram todas as disciplinas de seus respectivos cursos, restando à apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso – TCC, para resguardar suas identidades, usaremos nomes fictícios de Marta e João.

Os entrevistados foram feitos questionamentos abertos para que pudessem ter liberdade ao relatarem suas lembranças e depoimentos relacionados às aulas de matemática, metodologias e atividades que atendessem as especificidades dos alunos. As entrevistas foram gravadas, transcritas e relacionadas com Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática - PCNM (ensino fundamental e médio) e legislação nacional de educação inclusiva.

Os PCNM's norteiam as atividades dos professores em sala de aula e dão aparato para que desenvolvam bem seus papéis na docência, nesse caso na disciplina de matemática, mas, não mencionam de forma objetiva a educação especial ou ações de inclusão com alunos deficientes, por isso então vimos à necessidade de buscar embasamento teórico para inclusão na legislação nacional de educação especial.

De acordo com Laplane *et al* (2008), a deficiência visual é caracterizada por alterações na acuidade visual até a ausência de percepção de claridade, é tida como limitações que vão desde mais leves às com relevantes implicações sérias para a vida das pessoas com necessidades especiais e para as suas famílias, o que compreende a baixa visão e a cegueira.

Para Diniz (2007) a deficiência não é puramente orgânica e sim uma questão social, que envolve não somente o deficiente e sua família, mas a todos da sociedade, é necessário assegurar condições de acessibilidade e oportunizar melhores condições de vida a todos, respeitar as especificidades das pessoas e criar meios para minimizar os efeitos dessas limitações.

Nas narrativas de João, quando questionado a respeito da sua limitação visual, se interferiu em seu rendimento escolar, diz:

Atrapalhou, porque a gente sabe que existem atividades que a visão é uma ferramenta bastante influenciadora, por exemplo, atividades com digitação, produção de textos, então esse tipo de atividade sempre eu fui, eu tive um pouco mais de lentidão pra esse tipo de produção (João, p.1, I. 28).

[...] durante o ensino fundamental e médio, esse tipo de atividade a gente sempre fazia geralmente em grupo e ai sempre tinha um que ficava mais responsável por isso, e eu acabava que focava mais na área de produção de ideia, de reflexão, já no nível superior esse tipo de atividade de forma individual é bem mais constante do que no ensino fundamental e médio (João, p.1, l. 33).

Para o discente a deficiência visual tornou-se impedimento em algumas atividades desenvolvidas nas aulas de matemática, pois tem a visão como uma ferramenta importante para as suas ações, o que tornou se mais relevante no ensino superior, uma vez que na educação básica as atividades eram em grupos, o que facilitava de acordo com a divisão das tarefas. Cabe a nós observar que, nesse caso, não houve intervenção do professor no intuito de auxiliar o aluno de acordo com suas especificidades.

As dificuldades de Marta são semelhantes, vejamos:

De 5ª a 7ª série eu tive dificuldades na matemática justamente por isso, porque o professor ele não vinha explicar pra mim, ai sim a matéria decorativa, eu decorava e conseguia fazer a prova, a matemática eu tirava notas baixas porque precisava visualizar a explicação no quadro, eu tive um professor muito difícil [...] ele explicava e se a gente perguntasse de novo ele chamava a gente de burra, ele não respondia bem e às vezes eu tinha medo de perguntar e ele me responder com grosseria e eu ter que devolver com grosseria, então eu preferia não entender o cálculo e tentar passar por cima daquilo ali, eu sempre ficava de recuperação, então assim a quinta e a sexta série foi difícil, foi difícil porque eu fiquei com esse professor durante 02 anos e passava sempre arrastada. (Marta, p.1, I.12)

Baseado no relato de Marta, a situação era mais delicada, porque o papel do professor que é mediador, fica completamente distorcido, causando medo e desconfiança em seus alunos, não explicando bem a disciplina e ainda tratando-os com "grosseria", sem mencionar que as necessidades educacionais básicas foram

negadas a essa estudante pelo docente de matemática, no período de dois anos em que este lecionou.

Recorrendo aos PCNM's é possível observar destacadas algumas recomendações aos professores, o que não justifica sua omissão nos exemplos de João e Marta, descritos acima, para compreendermos melhor as atribuições dos professores de matemática, trouxemos uma reflexão sobre sua importância:

Identificar as principais características dessa ciência, de seus métodos de suas ramificações e aplicações; conhecer a história de vida dos alunos, sua vivência de aprendizagens fundamentais, seus conhecimentos informais sobre um dado assunto, suas condições sociológicas, psicológicas e culturais; ter clareza de suas próprias concepções sobre a Matemática, uma vez que a prática em sala de aula, as escolhas pedagógicas, a definição de objetivos e conteúdos de ensino e as formas de avaliação estão intimamente ligadas a essas concepções (BRASIL, 1998, p.29).

Esse trecho explica claramente as habilidades que um professor de matemática necessita para desempenhar bem sua profissão e oportunizar aos seus alunos um aprendizado de qualidade. Essa reflexão dos PCNM's é objetiva e recomenda que o professor tenha conhecimento científico da matemática, acompanhe suas atualizações e aplicações, conheça bem a história do aluno, cultura e não despreze seus conhecimentos prévios e por fim que conduza bem o andamento da disciplina com metodologias e formas de avaliação adequadas. E na literatura pesquisada, encontramos mais requisitos inerentes a este profissional, como:

Além de organizador, o professor também é consultor nesse processo. Não mais aquele que expõe todo o conteúdo aos alunos, mas aquele que fornece as informações necessárias, que o aluno não tem condições de obter sozinho. Nessa função, faz explanações, oferece materiais, textos, etc.(BRASIL, 1998, p.31).

Ressaltamos a importância de um professor com este perfil para lidar com os alunos, em específico os alunos com deficiência visual, que não atue em sala de aula de maneira tradicional, apenas repassando o conteúdo didático, mas sim propondo inovações e possibilitando aos alunos condições necessárias para a compreensão dos conteúdos, evitando que estes estudem sozinhos e sem orientação, assim como é facilmente identificados na fala de João e Marta:

É aquela questão como eu já falei, é a mesma coisa que eu falei do ensino fundamental e ensino médio, existem professores e professores, metodologias e metodologias, mas no mais eu sempre procurei me esforçar o máximo que eu pude, às vezes obtive sucesso, às vezes não e estamos ai concluindo, apesar de tudo, de qualquer coisa que, mas a gente conseguiu superar as dificuldades (João,p.3, I. 102).

[...] nenhuma atividade diferenciada, eu tinha que me virar, eu tinha mesmo que me virar. Na sétima eu fiz na Escola Batista, estudei um ano lá, com a mesma dificuldade, sempre na matemática, porque a matemática tinha que ter um professor próximo pra explicar a matéria, o cálculo, quando explicava de pertinho fluía, mas quando não, não dava. Ai eu repeti a sétima série e fui estudar a sétima na Escola Jhonatas, só que na sétima série na Escola Jhonatas eu acho que não estudei nem de fevereiro a abril, logo eu parei (Marta, p.1, l. 24).

Conforme os relatos de João e Marta, em algumas situações em que faltava uma presença mais efetiva do professor de matemática, eles procuravam aprender mesmo sem esse auxílio, seja estudando sozinhos ou com ajuda dos colegas, muitas vezes tinham êxito e outras não como fica evidente na fala de Marta que chegou a desistir de estudar por não se sentir contemplada com o apoio e atenção maior por parte deste profissional.

[...] é uma questão bastante delicada porque, ao mesmo tempo, que o professor ele tem um pensamento inclusão, nem sempre ele tem ferramentas pra efetivar essa inclusão, então eu acho que tem que ser um trabalho conjunto da equipe pedagógica com o professor pra sempre tá dando apoio técnico e teórico necessário pra que o processo de inclusão escolar se efetive. (João, p.2, L.65).

Mas será que um acompanhamento melhor ao aluno deficiente é responsabilidade apenas do professor? No relato do João podemos sentir a necessidade de resposta a esse questionamento.

Considerações Finais

Para alcançar o propósito da educação inclusiva é necessário que toda sociedade tenha compromisso para que possa realmente acontecer na prática. De tal modo, brota um dos maiores desafios da educação na atualidade, que é tornar a inclusão escolar cada vez mais em realidade.

Segundo Morin (2002), não estamos preparados para compreender as realidades complexas, porque fomos ensinados a fragmentar a realidade, de maneira isolada. Portanto, devemos começar a olhar o universo de modo sistêmico que esteja interligado a várias conexões. É nesse escopo que a inclusão escolar e a ensino de matemática precisa cada vez mais entrelaçado, focalizando o processo de ensino e aprendizagem, como também as relações humanas que atuam diretamente nessa conjuntura.

Para concluir e continuar refletindo, é preciso conhecer os sentidos que cada um dá na relação com o próximo e a construção de conhecimento, visto que esses sentidos que direciona o olhar sobre o sujeito na diversidade humana. Pois, a

deficiência é um problema social, que não está na pessoa, mas no modo como a sociedade vê e as atitudes direcionadas à pessoa com deficiência que podem inibir o seu pleno desenvolvimento e influenciar o modo de encarar as limitações e possibilidades, sobretudo, as barreiras inerentes à deficiência podem aumentar ou não, de acordo com o preconceito e/ou estímulos sociais.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

AMARAL, Rita; COELHO, Antônio Carlos. **Nem Santos nem Demônios: considerações sobre a Imagem Social e a Auto-imagem das Pessoas Ditas "Deficientes"**. Disponível em: http://www.bengalalegal.com/nem.php Acesso no dia 05 de maio de 2009.

ANJOS, H. P.; ANDRADE, E. P.; PEREIRA, M. R. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n 40, jan./abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** matemática – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman de; BATISTA, Cecília Guarneiri Ver, Não Ver e Aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 75, p. 209-227, maio/ago. 2008.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Brasília: Cortez, 2002.

SASSAKI, R. k. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Rio de Janeiro, vol. 11, nº 33, set./dez., 2006.